

2

Práticas de linguagem: letramento

Este capítulo desenvolve o pressuposto básico deste estudo: as habilidades de leitura e escrita têm significado social e se incorporam no cotidiano. Para isso, reviso premissas sobre leitura, letramento e construção de identidades.

2.1. Ler e escrever: direitos do cidadão

Discurso é construção social, uma forma de agir no mundo, construí-lo e transformá-lo (cf. Fairclough, 2001), assim como uma forma de agirmos uns sobre os outros. Dessa forma, o termo **língua** não será empregado nesta dissertação nem como forma nem como estrutura, mas, de acordo com Marcuschi (2004, p. 259), como “forma de ação sociocognitiva que permite construir o mundo e as experiências na convivência social”. A língua é um instrumento na luta contra as desigualdades. Ao dominar a língua, o indivíduo pode compreender a realidade à sua volta. E só assim poderá transformá-la. A linguagem, por sua vez, não é apenas representação do mundo e do pensamento ou instrumento de comunicação, mas, acima de tudo, forma de *inter-ação social* (Koch: 2001, p. 110).

O ser humano é sujeito de seu próprio mundo: ele é quem constrói e reconstrói o seu mundo e a si próprio por meio do discurso. Essa compreensão levou-me a selecionar para a construção do arcabouço teórico desta dissertação as concepções teóricas que se alinhassem a essa concepção de linguagem como prática socialmente construída e como instrumento de transformação.

Leitura, nesse sentido, pode ser definida como uma atividade de percepção e interpretação dos sinais gráficos, mas não é apenas uma atividade de decifração: é atividade que requer associação lógica, encadeamento de idéias e, principalmente, atividade que requer inter-relação entre o conhecimento novo e o previamente adquirido, de maneira a se assumir um posicionamento a respeito do que é lido, para,

dessa forma, utilizá-lo em novas situações (cf. Aguiar, 2004). A leitura, entretanto, não é uma atividade natural do ser humano: ela é social e precisa ser adquirida.

O conceito de leitura também não está restrito apenas à leitura de textos (ao pé da letra), podendo ser ampliado, como consagrou Paulo Freire, à leitura do mundo. Dessa forma, ler é relacionar-se com o mundo, decifrando-lhe os objetos culturalmente criados, conferindo-lhes sentido. Afirmo, junto a Aguiar (2004), que ler é compreender, interagir com o texto e aplicar os conhecimentos adquiridos.

Apesar de sabermos que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, qualquer indivíduo, para exercer efetivamente sua cidadania no mundo do papel, precisa ter adquirido a tecnologia da leitura e da escrita – “ler o texto escrito deve ser direito de todos, pois a vida é registrada a cada minuto através de sinais gráficos” (Aguiar: 2004, p. 36).

Olson (1997) argumenta que o advento da escrita produziu um modelo de pensamento sobre a mente e a natureza e que nossa compreensão de mundo e de nós mesmos está estruturada em torno disso. Para decifrar a escrita, desenvolvemos estruturas mentais específicas, que passam a dar as chaves para a compreensão do mundo a nossa volta. Olson apresenta crenças sobre a escrita, para as quais apresenta contra-argumentos, de modo a relativizar seu valor, sem, entretanto, deixar de admitir a influência que a escrita exerce na construção das atividades culturais e cognitivas do homem ocidental.

Acredito, assim como Olson (1997), que a abstração imanente da escrita contribuiu cognitivamente para a formação do homem ocidental. Entretanto, ser detentor de tal tecnologia não nos assegura a mobilidade necessária para lidar com os produtos culturais que circulam na “cultura das letras”. Para “crescer cognitivamente” e “atender às várias demandas de uma sociedade que prestigia” a escrita, o cidadão letrado deve, naturalmente, ser capaz de compreender os textos que lhes são apresentados cotidianamente e interagir com eles. (Koch:2001, p. 110). Essa desenvoltura em transitar entre as distintas maneiras de comunicação Kleiman (2003) define como **letramento**.

Letramento é, dessa forma, meio de dar significado social à língua através da intimidade com diversas fontes de conhecimento e diferentes gêneros da escrita que integram o mundo do papel. Ou seja, as habilidades de leitura e escrita têm significado

social e se incorporam no cotidiano. Ser letrado é enxergar além do que se pode ver, transformando consciência em córnea que decifra e interage com um mundo que se (re) define a todo instante.

De um modo geral, “o letramento é visto como maneiras de estruturação discursiva que afetam a nossa própria relação com o mundo” (Kleiman, 1999c). Em outras palavras, é um fenômeno social em que práticas de uso de linguagem oral e escrita estão contextualmente determinadas. Pessoas que participam de práticas relacionadas com a escrita, mesmo que não saibam ler, são consideradas letradas, porque elas adquiriram estratégias letradas, como folhear livros, fingir que lêem, brincar de escrever, produzir um texto com base em outro que lhes foi contado ou com base em uma ilustração, e manipular o material escrito que os rodeia. Consoante com o conceito de letramento, Freire (1997) considera que o ato de ler inicia-se antes mesmo do conhecimento da escrita; ele começa nas primeiras produções de sentido do sujeito a partir das coisas e fatos do mundo ao seu redor, na compreensão do contexto em que se vive.

O letramento, então, não pode ser associado a competências individuais. Ele envolve as práticas sociais que usam a escrita em um determinado contexto para fins específicos (cf. Barton, 1994; Kleiman, 2003; Street, 1984, 1994, 1995). É, assim, “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (Scribner e Cole, 1981 apud Kleiman, 2003:19).

O letramento é promovido quando os alunos buscam significados e produzem significados. **Significar** é atitude inerente ao ser humano. Para Azeredo (2005, p. 32), “o mundo do ser humano [...] é um universo de significados criado pelo próprio homem em virtude de sua condição de ser social e histórico, um universo de significados produzido por sua intervenção criativa e expresso nas múltiplas formas de simbolização. Entretanto, só significamos movidos por necessidade e motivação. Dessa forma, se não sentirmos necessidade de tomar parte em situações comunicativas diferentes daquelas que constituem nossas práticas, seguramente não dominaremos outros usos da língua.

Alguns autores, assim como Barton (1994:7), neste sentido, destacam que “é necessário falar da existência de diferentes letramentos”. Por exemplo, há letramento durante a leitura de cartas, durante o ato de assistir televisão, durante a leitura de uma

bula. Assim, as pessoas podem ser letradas de várias formas (cf. Bloome e Green, 1992). E, como destacam Soares (2002), Street (1984:8) e Gee (1994), o letramento é plural: “diferentes sociedades e grupos possuem tipos de letramentos distintos e o letramento acarreta diversos efeitos sociais e mentais de acordo com os variados contextos sociais e culturais” (Gee, 1994:168) nos quais ocorre.

A esse respeito, é comum a discussão sobre dois modelos de letramento: o autônomo e o ideológico (Street, 1994). O modelo autônomo (ou logocêntrico) se baseia na compreensão de que “o letramento ocorre por meio da linguagem sem contexto, do discurso autônomo e do pensamento analítico” (Street, 1995: 154).

Moita Lopes (1998) afirma que o modelo autônomo anula a vida social do sujeito e, por conseguinte, separa a linguagem da sócio-história. Isso significa dizer que o indivíduo não existe socialmente além dos limites cognitivos necessários para a leitura de um texto. Não se leva em conta tudo o que é relacionado à sua existência como ser social, como se isso não influenciasse e/ou não fosse relevante para os processos que envolvem seu letramento.

Em outras palavras, o letramento visto como autônomo considera a leitura “um processo neutro, independente de considerações contextuais e sociais” (Kleiman, 2003: 44). No entanto, o modelo autônomo não considera que as interpretações dos textos variam de acordo com quem são as pessoas envolvidas nos eventos de leitura e onde estão localizadas na sócio-história, isto é, variam de acordo com a vida social.

Em oposição ao modelo autônomo, o modelo ideológico de letramento (Street, 1995) considera a escrita e a leitura como “práticas ligadas à cultura e a estruturas de poder de uma sociedade” (cf. Kleiman, 2003). O modelo ideológico possui, então, uma dimensão social (cf. Soares, 2002) por ser caracterizado como um conjunto de práticas sociais, culturalmente determinadas. Esse modelo social e plural é um construto elaborado por Street (1984), que destacou que o letramento é marcado sócio-historicamente. Situadas em contextos sociais e culturais específicos, as práticas ideológicas de letramento são políticas e propiciam mudanças na vida dos indivíduos, pois permitem que eles entendam e (des)construam ideologias.

De acordo com Barton (1994: 27), “o letramento envolve, inevitavelmente, mudança”. Nesse sentido, o desenvolvimento de práticas de letramento tornam o indivíduo capaz de “questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder

presentes nos contextos sociais” (cf. Soares, 2002:74). Se assim o é, o letramento oferece uma consciência sobre os processos ideológicos e sobre as estruturas de poder de uma sociedade, fazendo com que a pessoa se torne um indivíduo diferente na sua condição de ser social.

Mais recentemente, Kern (2000) esquematizou uma proposta multidimensional de letramento, que integra as dimensões lingüística, cognitiva e sociocultural. Apesar de tratar do processo de ensino-aprendizagem de língua estrangeira, essa proposta aplica-se a qualquer contexto de aprendizagem. Para o autor, a **dimensão lingüística** do letramento não envolve somente a decodificação de símbolos gráficos: envolve conhecimento das relações morfológicas, lexicais, sintáticas e pragmáticas, como também de gêneros e estilos e das relações entre discursos oral e escrito. A **dimensão cognitiva** do letramento, por sua vez, envolve a criação e transformação do conhecimento. Já a **dimensão sociocultural** envolve práticas de linguagem como atos comunicativos. O letramento, para ele, é um fenômeno sociocultural, dinâmico, socialmente construído por sujeitos com processos cognitivos próprios. A figura 1 ilustra o modelo idealizado por Kern (2000). A proposta aponta a necessidade de levarmos nosso aluno a criar, interpretar, refletir sobre o discurso e conhecimento, conscientizando-se sobre como significados são criados e negociados em comunidades (Kern: 2000, p. 23) de práticas específicas.

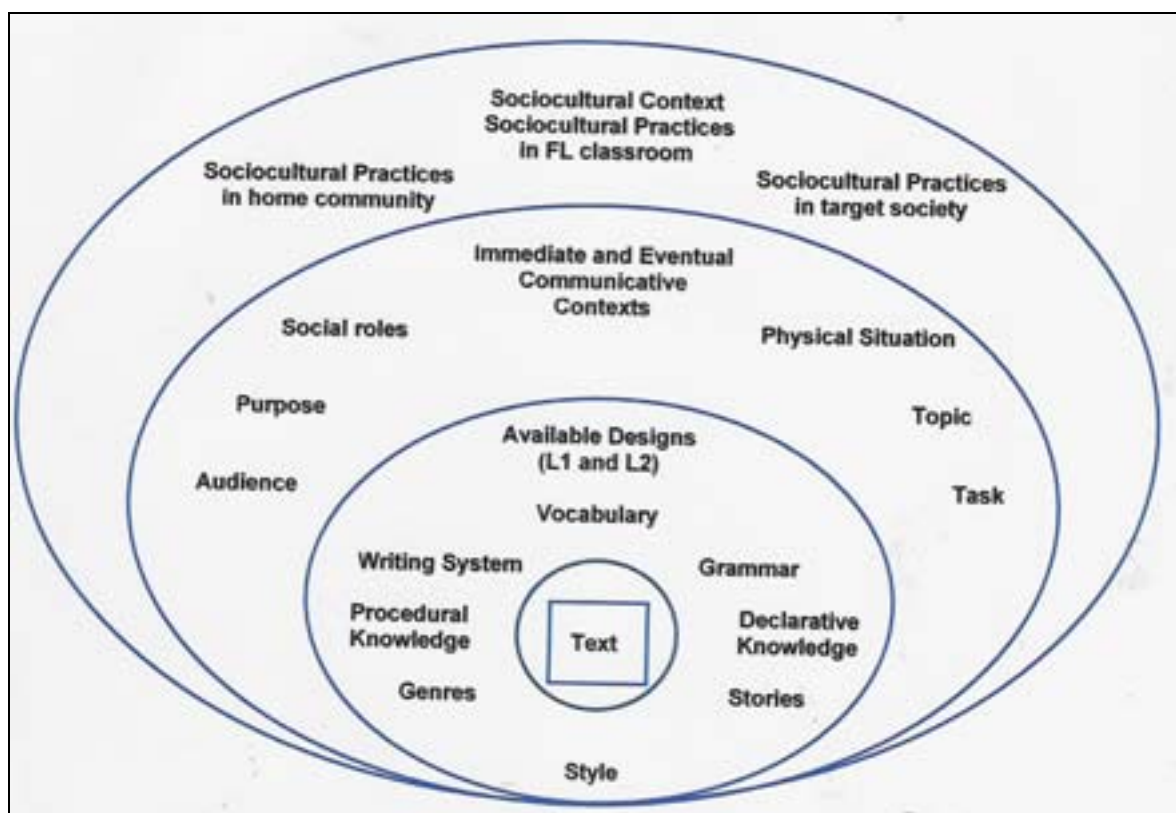


Figura 1: Modelo de letramento proposto por Kern (2000, p. 63)

De acordo com a proposta de Kern, o letramento é uma forma de prática social e também uma prática de reflexão, que atua na transformação social e pessoal dos cidadãos [cf. Giroux (1992); Fairclough (1992)]. Se tomarmos tal entendimento como norte, promoveremos práticas de linguagem em vários contextos específicos com múltiplos gêneros e propósitos.

Nesse sentido, acredito que há várias formas de construir significados na prática da leitura. Ao observar o modo como os leitores lêem e as formas pelas quais constroem significados ao interagir com um texto, é possível identificar a que modelo (s) de letramento eles têm ou tiveram acesso (cf. Barton, 1994; Kleiman, 2003) e os processos pelos quais (re)constroem suas identidades sociais durante a realização de leituras.

Essa perspectiva do letramento valoriza o conhecimento da comunidade e o conjuga à influência do contexto nos discursos sinalizando que cada indivíduo é “refém cognitivo das experiências socioculturais” (Chiavegatto: 2002, p. 136) as quais está exposto.

Assim, o objetivo das práticas pedagógicas promovidas foi criar um espaço onde os alunos fossem sujeitos da construção do conhecimento: “o que é a cidadania se não a liberdade de procurar e questionar, e a responsabilidade para achar e compartilhar caminhos?” (Castilho: 2004, p. 30).

2.2

Letramento e identidades sociais

Cabe, a princípio, esclarecer e limitar o conceito de identidade assumido neste trabalho. O antropólogo DaMatta (1996, p. 104) aponta que

de todos os seres vivos, o homem é o único que tem obrigação de fazer a si mesmo, de construir-se – de constantemente perguntar quem é, e qual o sentido de sua vida. [...] O homem tem de lutar pela vida, como todos os outros seres vivos, mas só pode realizar essa luta se sabe quem é: se tem identidade. Os animais não mudam [...]. Mas nós, humanos, vivemos a nossa sociedade e o nosso tempo. Somos acima de tudo maleáveis [...]. Por isso, precisamos de valores que nos definam e nos orientem. [...] todos os homens têm uma identidade que recebem dos diversos grupos em que vivem. E cada sociedade busca fora, e, sobretudo, dentro de si mesma (na sua fantasia, nos seus mitos e ritos, crenças e valores) as fontes de sua identidade.

É nessa medida, então, que se delineia o conceito de **identidade**: conjunto de crenças, atitudes e valores que, num determinado tempo e espaço, nos faz ser. A identidade “é uma escolha relativa entre coisas: gosto de café, não de leite; adoro peixe, não carne [...]; estou com fulano e não com sicrano. Trata-se de uma escolha na qual se busca parecer com uma coisa para ser bem diferente de outra” [DaMatta (1996, p. 105-1060)]. Somente em uma relação de **alteridade**, um EU frente a um OUTRO (ou OUTROS), é que se pode construir uma **identidade pessoal**.

O fato de a formação da identidade ser ‘uma escolha relativa’ (cf. DaMatta, 1996), concede a nós, seres humanos, uma significativa margem de **livre decisão** frente às orientações e prescrições socioculturais. “Somos diferentes si-mesmos situados” (Gee, 1997, apud Moita Lopes e Bastos: 2002, p. 5).

Kleiman (2003:11) relaciona letramento e identidade social. A autora define letramento como “um conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos

envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e poder”. Parte do pressuposto de que a identidade é construída socialmente e implica uma categorização (na medida em que se identifica, se distingue) que possibilita ao indivíduo situar-se e relacionar-se dentro de seu meio social. Essa categorização é atualizada na interação verbal.

A palavra é o signo que revela, de forma mais nítida, o fenômeno ideológico; ela é um todo dinâmico que comporta o movimento da sociedade. Na palavra se manifestam e se confrontam os valores e as ideologias.

A linguagem é uma das formas pela qual se dá a (re) construção/manutenção da identidade, quer dizer, é na interação verbal que os indivíduos têm um discurso construído socialmente, uma ideologia, que é acionada especificamente no momento da interação, na sua dimensão verbal. Há o trabalho de (re) construção/manutenção das identidades, entre outras formas, pela luta simbólica de que a linguagem é palco. Assim, o participante constrói e reconstrói por meio dos posicionamentos discursivos que assume ao participar de eventos sociais de leitura.

A leitura considerada uma prática social é um espaço que permite essa edificação enquanto ser social. A construção de significados durante as práticas de leitura se dá a partir das identidades sociais (cf. Barton, 1994; Fairclough, 1992). É por isso que a leitura é entendida como forma de ação social (cf. Bloome, 1983) que permite a constituição dos sujeitos em agentes da vida cotidiana. Da mesma forma, o que torna o letramento um processo ligado à constituição dos indivíduos como seres sociais é o fato de que “ser uma pessoa (...) em contextos culturais específicos frequentemente depende dos tipos de práticas de letramento nas quais os sujeitos estão envolvidos” (Street, 1994, p. 141). Tais práticas de letramento permitem que nos posicionemos, ao mesmo tempo em que servem de espaço para a negociação e transformação (cf. Street, 1994, p. 149) de nossas identidades sociais.

Assim, considero que, durante o ato da leitura, o leitor não é apenas receptor das informações fornecidas pelo autor. O leitor é sempre um outro que o texto deseja, de alguma forma, construir. Como apontam Batista e Galvão (1999, p. 23), o “leitor está presente também na constituição do texto não apenas como aquilo que ‘se supõe que existia’, mas ainda como aquilo que se deseja construir”.

A concepção de letramento como um evento propiciador da formação e transformação das identidades sociais considera os aspectos sócio-históricos e o contexto onde a leitura se dá, fazendo-nos pensar não sobre o que a leitura é, mas sim refletir sobre o que a leitura faz: “a leitura acorda nos sujeitos dizeres insuspeitados enquanto redimensiona seus entendimentos” (Campos Queirós, 1999). A construção das identidades por meio das práticas de letramento é um exemplo do que a leitura faz (cf. Baynham, 1995).

Se quando produzimos um texto permitimos que venham à tona essas *práticas sociais*, é porque estamos sujeitos aos conceitos e significados apreendidos no social. Isso condiz com o modo como Hall (2002, p. 39) entende o conceito de identidade. Para o autor, a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que está por dentro de nós enquanto indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir do nosso exterior pelas formas através das quais nos imaginamos ser vistos por outros. Isso nos leva a considerar que a construção da identidade engloba também fatores como o grupo social ao qual o indivíduo pertence e a cultura na qual se encontra inserido, que constrói referenciais que os indivíduos tomam para si e manifestam em suas condutas no cotidiano.

Hall (2002, p. 48) ainda acrescenta que a identidade não é algo inato, mas formado e transformado no interior da representação, ou seja, pelo modo como podemos identificar uma cultura local por meio de elementos simbólicos por ela expressos. Assim, a identidade resulta das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação simbólica que eles utilizam em suas relações. Para o autor, não existe a representação da identidade unificada, mas um construto de diferenças – a identidade se constrói e reconstrói constantemente no interior das trocas sociais, num processo dinâmico e inacabado de (co)construção.

Se a identidade se constitui na interação entre os grupos, por sua vez o texto, tido como um processo de formação de experiências em interações com outras subjetividades, ao mesmo tempo em que serve para compreendermos processos de formação, de conhecimento e de aprendizagem, permite a (co)construção de uma identidade para o indivíduo que o produz, para o outro de quem se fala e, até mesmo, para seu interlocutor.